

**O BRASIL E AS FORÇAS ARMADAS
NA PERCEPÇÃO DOS OFICIAIS DA MARINHA**

Maria Celina D'Araujo

Celso Castro

Zairo Cheibub*

* Maria Celina D'Araujo, doutora em Ciência Política, e Celso Castro, doutor em Antropologia Social, são pesquisadores do CPDOC/FGV. Zairo Cheibub é professor de Ciência Política na Universidade Federal Fluminense e diretor do DataUFF. Agradecemos a eficiente colaboração de Priscila Riscado, bolsista do PIBIC/CNPq.

INTRODUÇÃO

Este relatório é resultado de uma pesquisa efetuada em novembro de 1998 junto a 94 oficiais da Marinha que estavam cursando os seguintes cursos da Escola de Guerra Naval (EGN): Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM), Curso de Estado Maior para Oficiais (C-EMOS) e Curso Superior (C-Sup).¹ A EGN, situada na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, é o estabelecimento de ensino de mais alto nível da Marinha. Os três cursos mencionados têm as seguintes características: o C-PEM, criado em 1984, é destinado a complementar a qualificação dos oficiais, para o exercício de cargos da alta administração naval;² o C-EMOS tem por finalidade o exercício de funções de estado-maior e de assessoria de alto nível, com ênfase em planejamento estratégico e operações navais, e o C-Sup visa ao exercício de funções de assessoria de alto nível, com ênfase em administração. O C-EMOS e o C-Sup são cursados por oficiais com a patente de capitão-de-corveta,³ e o C-PEM pelos capitães-de-mar-e-guerra, os *comandantes*.

Cursar o C-EMOS ou o C-Sup é pré-condição para a progressão na carreira, assim como cursar o C-PEM, para chegar a almirante. O C-Sup é aberto a todos os oficiais, quer sejam do quadro principal da Marinha (Armada, Intendentes, Fuzileiros Navais), quer sejam do quadro complementar e auxiliar (Engenheiros, Saúde, Feminino). Até 1997, era realizado por correspondência. Já o C-EMOS é restrito a oficiais do quadro principal. Ambos têm a duração de um ano letivo. Para o C-PEM, há uma prioridade regulamentar para o preenchimento das vagas, na seguinte ordem: Armada, Fuzileiros, Intendentes, Engenheiros

¹ O perfil desses oficiais está retratado no fim deste relatório nas questões 59 e 60. A maior parte era composta por capitães de corveta e fragata e tinha entre 35 e 44 anos de idade.

² As informações sobre a EGN aqui apresentadas foram retiradas de Sylvio dos Santos Val, *A Escola de Guerra Naval e a formação dos quadros de elite da Marinha do Brasil*. Dissertação de mestrado em Ciência Política, UFF, 1998.

³ As patentes da Marinha são, em ordem hierárquica decrescente: oficiais gerais (almirante de esquadra, vice-almirante, contra-almirante), oficiais superiores (capitão de mar-e-guerra, capitão-de-fragata, capitão-de-corveta), oficiais subalternos (capitão-tenente, tenente) e praças (suboficial, sargento, cabo, marinheiro).

Navais, Cirurgiões Médicos. Pode ser também ser cursado por alguns poucos oficiais convidados das outras Forças Armadas e civis.

O sentido da aplicação deste questionário inseria-se no âmbito de uma pesquisa maior realizada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), que visava a acompanhar a atuação e a cultura política dos militares durante a Nova República. Nossa intenção, à época, era aplicá-lo nas escolas militares superiores das três Forças. Não tivemos, contudo, permissão dos ministros da Aeronáutica e do Exército para fazê-lo. O ministro da Marinha, Mauro César Rodrigues Pereira, ao contrário dos demais ministros militares, jamais nos criou qualquer obstáculo. Essa diferença de atitude é um entre os vários indicadores que podemos usar para assinalar que as Forças Armadas não são um corpo homogêneo.

De outro lado, é preciso lembrar que todos os chefes das três Forças sempre foram, sem exceção, solícitos quando lhes pedíamos uma entrevista oral sobre sua trajetória profissional e sobre sua experiência ministerial.⁴ No caso da Aeronáutica e do Exército, o que não nos foi permitido foi pesquisar a opinião do corpo de oficiais. A Força Aérea argumentou não ser possível “a disponibilização de um grupo específico de oficiais, selecionados como amostragem de pesquisa, dando-lhes a responsabilidade de expressar o ‘pensamento’ militar corrente”.⁵ Da parte do Exército, foi comunicado que, após “acurada análise, em tão importante trabalho, cuja estrutura e preparação merecem os mais efusivos elogios, se confirmou o viés político da pesquisa. Essa caracterização vem de encontro com as limitações legais impostas aos militares da ativa de se manifestarem sob esse aspecto”.⁶ Obedecendo a uma lógica de disciplina tipicamente militar, essas duas Forças mantiveram a posição tradicional de que o pensamento da Forças

⁴ Um resultado parcial desses depoimentos está em *Militares e política na Nova República*, organizado por Celso Castro e Maria Celina D'Araujo (Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001).

⁵ Carta do major brigadeiro do ar Luiz Fernando Barbedo, chefe do Gabinete do ministro da Aeronáutica, em 9 de novembro de 1998.

⁶ Carta do general de brigada Luiz Cesário da Silveira Filho, chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, em 30 de março de 1999.

Armadas é expresso por seus chefes – a instituição pensa pela cabeça de seus superiores.

Em relação à Marinha, após a obtenção da autorização,⁷ a aplicação do questionário foi feita no auditório da EGN com a presença de dois dos autores. Todos os matriculados o responderam, com exceção de um, por motivo de doença na família. O questionário foi respondido como se fosse uma atividade de rotina da escola, e apenas alguns poucos oficiais demonstraram alguma insatisfação em fazê-lo.

Este relatório, que, em função das razões acima, contempla apenas opiniões dos oficiais da Marinha, está dividido em duas partes.⁸ Uma sobre os problemas do Brasil e suas possibilidades, e outra sobre questões militares. Na primeira, apresentam-se dados da opinião desses militares comparando-os, em vários casos, com a opinião de outros setores da elite brasileira. Tivemos o cuidado, na confecção do questionário, de formular questões que já tivessem sido formuladas para outros setores da elite brasileira, o que nos permitiria aferir se existe um pensamento tipicamente militar ou se esse pensamento expressa em grande parte a maneira de pensar da elite nacional.⁹ Na segunda parte, aborda-se o tema militar e não há qualquer parâmetro comparativo. Isto porque não há pesquisas anteriores sobre o tema, nem houve a possibilidade de cotejar os resultados de grupos representativos das três Forças. Essa parte do relatório

⁷ Carta do contra-almirante José Antônio de Castro Leal, chefe do Gabinete do ministro da Marinha, em 15 de outubro de 1998.

⁸ Não observamos diferenças significativas de opinião entre oficiais dos três cursos. Por esse motivo, e para facilitar a leitura, trabalhamos com o resultado total dos questionários.

⁹ Para efeitos comparativos tomamos como base os questionários usados nas seguintes pesquisas: *Elites estratégicas, cultura política e dilemas do desenvolvimento*, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1993; *O Congresso Nacional e as reformas estruturais*, IBEP, Brasília, 1993; *As elites brasileiras e a modernização do setor público*, IDESP, São Paulo, 1989. Como alguns dos resultados dessas pesquisas temos os seguintes relatórios e artigos: Amaury de Souza e Bolívar Lamounier (orgs.), *As elites brasileiras e a modernização do setor público*, IDESP, Série Seminários e Debates (SP, Sumaré, 1992); Maria Regina S. Lima e Zairo B. Cheibub, *Elites estratégicas e dilemas do desenvolvimento* (RJ, IUPERJ, 1994); Eliza P. Reis e Zairo B. Cheibub, “Valores políticos das elites e consolidação democrática”, *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 38, n. 1, 1995, pp. 31 a 56; Zairo B. Cheibub, “Valores e opiniões da elite: notas sobre padrões de apoio a políticas sociais”, *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 38, n. 1, 1995, pp. 57 a 70; Maria Regina S. de Lima e Zairo B. Cheibub, “Instituições e valores: as dimensões da democracia na visão da elite brasileira”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 31, junho 1996, pp. 83-110.

espelha assim um momento da opinião militar entre os oficiais da Marinha pesquisador.

PRIMEIRA PARTE

PERCEPÇÕES SOBRE O BRASIL, SEUS PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

É comum os brasileiros expressarem seu orgulho nacional tomando como base a natureza. A beleza natural e as características físicas do país seriam o principal motivo de orgulho e de ufanismo. Isso pode ser atestado em várias pesquisas, entre elas a do CPDOC-FGV/ISER,¹⁰ de 1997, em que 20% de uma amostra da população do Rio de Janeiro se manifestaram dessa maneira. Em segundo lugar, com 9%, o orgulho era referenciado à população. Em compensação, 43% não sabiam a que ligar o orgulho de ser brasileiro ou não responderam à pergunta. Entre os militares entrevistados, as coisas se passam de maneira um pouco diferente. O orgulho de ser brasileiro se explica pelas características do povo, seguidas pela riqueza do país e sua extensão territorial. A diferença entre a primeira preferência (povo) e a segunda (potencial do país) é muito expressiva (34,8% e 14,6%), conforme tabela abaixo.

¹⁰ *Lei, Justiça e Cidadania*. Direitos, vitimização e cultura política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV/ISER, 1997.

1-O senhor poderia nos dizer que aspectos do Brasil, de uma forma geral, lhe fazem sentir orgulho de ser brasileiro? (em %)

Características do povo brasileiro	34,8
Potencial (riqueza, recursos naturais) de desenvolvimento	14,6
Extensão territorial	10,1
Unidade nacional	7,9
Beleza natural	6,7
Sistema político	5,6
Aceitação internacional/liderança na América Latina	4,5
Não existe esse sentimento	4,5
Cultura brasileira	3,4
As Forças Armadas	2,2
Nacionalismo	1,1
Liberdade	1,1
Localização geográfica	1,1
Desenvolvimento tecnológico	1,1
Pluralidade do país	1,1
Total	100,0
N	94

Quando perguntados sobre os principais problemas do país no momento em que respondiam ao questionário, a maioria apontou a pouca educação da população e a desigualdade social, respostas coerentes com o que seria expressado mais adiante, na pergunta 10. Esses seriam também os principais obstáculos à democracia, opinião convergente com o que pensa o restante da elite brasileira acerca dos principais problemas nacionais. A corrupção, a política (e os políticos), a economia, a saúde e a Justiça estão entre os problemas mais enfatizados e, com nuances diferentes, acabam por representar os principais problemas que o país teria que enfrentar para se tornar uma democracia.

**2- A seu ver quais os *dois* problemas mais importantes do Brasil atualmente?
Mencione-os de acordo com a ordem de importância que o senhor lhes atribui.
(em %)**

	1º Problema	2º Problema
Educação/cultura	29,3	23,3
Distribuição de renda/Desigualdades/Problemas sociais	18,5	14,4
Corrupção	10,9	8,9
Política/Políticos	9,8	10,0
Economia/Dívida interna	8,7	1,1
Segurança	4,3	2,2
Impunidade	3,3	2,2
Desemprego	3,3	4,4
Saúde	2,2	12,2
O povo	2,2	2,2
Justiça/Leis	2,2	12,2
Pobreza	1,1	
Falta de continuidade, planejamento administrativo	1,1	1,1
Elite	1,1	
Desigualdades regionais	1,1	1,1
Amazônia (problemas)	1,1	
Aspectos econômicos externos		4,4
Total	100,0	100,0
N	94	94

A resposta para a causa desses problemas acaba responsabilizando notadamente a globalização, a política (e os políticos), a trajetória histórica do país, a falta de educação e a corrupção. Vê-se aqui que a influência externa, expressa através da globalização, tem peso significativo. Ou seja, apesar de esse grupo de militares demonstrar um conceito relativamente negativo da política, cultura e história do país, acaba apontando como causa importante de nossos problemas um fator não controlável por nossas elites.

3-Quais as causas desses problemas? (em %)

Globalização/Relações internacionais	19,1
Política/Políticos	18,1
História/Cultura/Colonização	11,7
Educação	9,6
Impunidade/Falta de rigor	8,5
Corrupção	5,3
Má distribuição de renda	4,3
Economia (déficit)	4,3
Amazônia (questões externas)	4,3
Falta de liderança, de vontade para enfrentar problemas/incompetência	4,3
Povo (pouco exigente, individualista, indolente)	3,2
Justiça	3,2
Constituição	2,1
Extensão territorial	1,1
Cultura/Moral	1,1
Total	100,0
N	94

Se o quadro detectado é grave, também não há otimismo quanto a uma melhoria para o país no curto prazo. Para a maioria, há um otimismo moderado (53,2%), que coexiste com a idéia de estagnação e com um pessimismo que chega a 22%.

4-Nos próximos anos, o senhor acredita que a situação do país vai melhorar, piorar ou ficar igual? (em %)

Vai melhorar muito	9,6
Vai melhorar um pouco	53,2
Vai ficar igual	12,8
Vai piorar um pouco	22,3
Vai piorar muito	2,1
Total	100,0
N	94

Diante desse diagnóstico, torna-se atraente saber o que pensam do Brasil tomando como referência o regime militar e a Nova República. Em qual período o Brasil teria tido mais sucesso? Chama atenção o fato de que esse grupo tenha detectado, na Nova República, melhora substantiva apenas no que se refere ao aumento do prestígio internacional do país e uma pequena melhora no que toca à sua estrutura política. Quando se trata de crescimento econômico e desenvolvimento cívico, os governos militares são destacados como mais competentes.

5- Como o senhor avalia o desempenho do governo federal nas áreas e períodos relacionados na tabela:

Como o senhor avalia o desempenho do governo federal-1964/1984 (em %)				
	1-Nenhum sucesso	2-Algum sucesso	3-Muito sucesso	4-Total sucesso
4-Promoção do crescimento econômico	5,3	36,2	48,9	9,6
5-Promoção do desenvolvimento cívico	19,1	40,4	37,2	3,2
2- Estímulo ao desenvolvimento da empresa privada nacional	22,3	46,8	29,8	1,1
3-Aumento do Prestígio internacional do país	23,4	6,7	9,6	
6-Promoção do desenvolvimento educacional	25,8	5,7	5,7	1,1
1- Implantação de estrutura política viável para o país	38,3	53,2	7,4	1,1
8- Moralização da administração pública	38,3	47,9	12,8	1,1
7- Redução das desigualdades regionais	52,1	44,7	3,2	
9-Redução das desigualdades sociais	61,7	36,2	2,1	
N				94

Como o senhor avalia o desempenho do governo federal- 1985/1998 (em %)				
	1-Nenhum sucesso	2-Algum sucesso	3-Muito sucesso	4-Total sucesso
1- Implantação de estrutura política viável para o país	23,4	60,6	14,9	1,1
2- Estímulo ao desenvolvimento da empresa privada nacional	14,9	59,6	25,5	
3-Aumento do prestígio internacional do país	4,3	41,5	48,9	5,3
4-Promoção do crescimento econômico	12,8	70,2	14,9	2,1
5-Promoção do desenvolvimento cívico	53,2	37,2	9,6	
6-Promoção do desenvolvimento educacional	38,3	52,1	9,6	
7- Redução das desigualdades regionais	53,2	41,5	5,3	
8- Moralização da administração pública	52,1	38,3	9,6	
9-Redução das desigualdades sociais	55,3	41,5	3,2	
N				94

A preocupação com a questão social e seus impactos sobre o futuro do Brasil, no curto prazo, está bem retratada por este conjunto de militares. Embora descartem o retorno dos militares ao poder como resposta a uma possível convulsão social, vêm com moderada ou forte preocupação o efeito dos impactos da desigualdade sobre a sociedade e o mercado.

6-Se dentro de dez anos o Brasil não tiver reduzido substancialmente as desigualdades sociais, a que riscos o senhor considera que o país estará sujeito? (em %)

	Nenhuma chance	Alguma chance	Muita chance
1- Um estado crônico de convulsão social	12,8	56,4	30,9
2- Inviabilização de uma economia de mercado	21,5	61,3	17,2
3- Uma situação de <i>apartheid</i> social	18,1	42,6	39,4
4-Tomada de poder por algum movimento extremista	61,3	29	9,7
5-Retorno dos militares ao poder	80,4	18,5	1,1
6-Quebra de unidade territorial do país	58,5	33	8,5
7-Nenhum risco	69,7	23,6	6,7
N			94

O tema das privatizações teve e ainda tem forte apelo emocional e ideológico na sociedade brasileira. Junto com a globalização, foi responsabilizado por grande parte dos problemas que o país tem enfrentado. Chama a atenção, portanto, o fato de que este conjunto de militares considere que a presença do Estado em alguns setores, como energia elétrica, telecomunicações, ferrovias, siderurgia, informática e aviação comercial, seja desnecessária ou pouco necessária. Indústria bélica e ciência e tecnologia, no entanto, continuam sendo vistos como questões afeitas ao Estado. Quando se trata de educação superior e petróleo, as opiniões são fragmentadas, o que não deixa também de ser surpreendente, tendo em vista o envolvimento histórico dos militares com as campanhas nacionalistas do petróleo e com o envolvimento do Estado no fortalecimento da pesquisa nacional.

7- Nas condições atuais, qual a necessidade de o setor público atuar diretamente como empresário e/ou dirigente nas áreas abaixo? (em %)

	Desnecessário	Algo necessário	Muito necessário
1-Petróleo	31,9	44,7	23,4
2-Ciência e tecnologia	11,8	32,3	55,9
3-Educação superior	34,4	41,9	23,7
4-Energia elétrica	53,8	35,5	10,8
5-Telecomunicações	50,0	42,6	7,4
6-Ferrovias	69,1	20,2	10,6
7-Indústria bélica	18,1	46,8	35,1
8-Siderurgia	70,2	25,5	4,3
9-Informática	76,6	19,1	4,3
10-Aviação comercial	74,5	19,1	6,4
N			94

A pergunta a seguir trata de valores democráticos e aborda o que seria a característica mais importante em uma democracia. Os seis itens mais destacados são endossados pelos principais livros e manuais de teoria democrática. Liberdade, participação, igualdade de oportunidades somam 54% das características apontadas.

8- Há muitas opiniões sobre o significado da democracia. Para o senhor qual a característica mais importante em uma democracia? (em %)

Liberdade de expressão/imprensa	26,6
Participação política (voto, sufrágio)	17,0
Igualdade de oportunidades/direitos/lei/responsabilidade social	14,9
Governo para o povo e do povo	8,5
Educação /aspectos sociais como pré- condição	8,5
Transparência política	4,3
Inexistência/Impossibilidade de democracia	2,1
Liberdade com responsabilidade	3,2
Convivência, representação de diferentes interesses	3,2
Alternância de poder (direto pelo voto em um governante)	2,1
Respeito aos direitos dos habitantes	5,3
Controle do poder (executivo) via judiciário	2,1
Total	100
N	92

A pergunta abaixo indaga sobre a importância que algumas instituições ou grupos têm ou deveriam ter no Brasil. Os organismos financeiros são o grupo que mais deveria perder influência, acompanhados pelas empresas multinacionais, imprensa escrita, televisão e grandes proprietários rurais. No sentido inverso, o Congresso Nacional e os movimentos sociais deveriam ter mais influência do que têm. Quanto aos militares, os entrevistados opinam que têm pouca ou nenhuma influência política (93,7%) e que sua influência deveria ser maior (86,1% acham que deveriam ter muita ou pouca), embora não precise ser decisiva (apenas 2,1% julgam assim). Este é sem dúvida um dado importante, que pode nos ajudar a demonstrar o sentimento de que os militares, na Nova República, não se sentiriam tratados com a consideração de que julgam ser merecedores.

Cabe ainda uma menção ao que pensam sobre a Igreja. Embora não considerem que a Igreja tem uma influência decisiva (apenas 1,1% pensam assim), a maioria julgou que é mais alta do que deveria. Para 41,5% dos entrevistados a Igreja não deveria ter nenhuma influência no país.

9- O senhor poderia indicar agora o grau de *influência política* que, na sua opinião, os seguintes grupos ou instituições exercem *de fato* no Brasil? E o grau de influência política que eles *deveriam exercer*? (em %)

	Influência de fato				Influência que deveria ter			
	Decisiva	Muita	Pouca	Nenhuma	Decisiva	Muita	Pouca	Nenhuma
1-Igreja Católica	1,1	52,1	43,6	3,2	3,2	16,0	39,4	41,5
2-Organismos financeiros internacionais	52,1	37,2	6,4	4,3	2,1	5,3	74,5	18,1
3-Partidos políticos	26,6	41,5	22,3	9,6	33,0	48,9	14,9	3,2
4-Imprensa escrita	18,1	66,0	16,0		3,2	39,4	47,9	9,6
5- Televisão	39,4	46,8	13,8		1,1	29,8	56,4	12,8
6-Sindicatos de trabalhadores	6,4	28,7	62,8	2,1	2,1	29,8	53,2	13,8
7-Empresas nacionais	5,3	31,9	59,6	2,1	7,4	27,7	44,7	19,1
8-Técnicos do governo	18,1	40,4	33,0	5,3	10,6	43,6	30,9	10,6
9- Militares	2,1	4,3	62,8	30,9	2,1	25,5	60,6	10,6
10-Congresso Nacional	43,6	36,2	18,1	2,1	66,0	26,6	5,3	2,1
11- Associações empresariais	10,6	58,5	29,8		2,1	24,5	62,8	9,6
12-Empresas multinacionais	23,4	62,8	10,6	3,2	1,1	4,3	62,8	31,9
13-Cientistas e intelectuais	3,2	6,4	56,4	34,0	12,8	56,4	18,1	11,7
14-Bancos	28,7	56,4	10,6	4,3	28,7	56,4	10,6	4,3
15-Judiciário	23,4	25,5	34	12,8	27,7	37,2	21,3	12,8
16-Grandes proprietários rurais	13,8	55,3	23,4	6,4	2,1	5,3	52,1	39,4
17-Movimentos sociais	2,1	23,4	61,7	12,8	14,9	47,9	26,6	10,6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100
N	94	94	94	94	94	94	94	94

Quanto ao desenvolvimento da democracia no Brasil, mais de 1/3 dos militares ouvidos considerou como principal obstáculo o baixo nível educacional da população. Essa proporção é bastante semelhante à opinião dos empresários

(33%). O segundo maior obstáculo, na percepção dos militares pesquisados, também tem uma natureza social; a saber, são a pobreza e a desigualdade social (19,1%). Nesse caso e na terceira opção (clientelismo), os percentuais se aproximam bastante dos apresentados pelos burocratas.

Se considerarmos a ordenação das preferências de todos os setores, o padrão de respostas dos militares não apresenta muita semelhança com nenhum outro setor da elite. Na verdade, cada setor apresenta um padrão diverso. Apenas no caso do segundo obstáculo ao desenvolvimento da democracia, que na percepção dos militares são a pobreza e a desigualdade social, já existe uma convergência dos padrões de respostas apresentados por todos os setores de elite.

10- Abaixo estão listados alguns fatores que diferentes observadores consideram como obstáculos à democracia no Brasil. Na sua opinião, quais desses fatores podem comprometer o desenvolvimento da democracia no país? Por favor, indique no quadro ao lado, por ordem de importância, o número de obstáculo correspondente à sua opinião. (em %)

1º Obstáculo	Congressista	Burocratas	Empresários	Líder sindical	Militares	Total
Baixo nível educação população	11,8	24,7	33,0	18,5	37,2	26,7
Pobreza e desigualdade social	31,4	22,2	12,8	32,1	19,1	22,4
Falta de tradição partidária	31,4	12,3	9,6	17,3	3,2	13
Corporativismo	3,9	13,6	16,0	6,2	6,4	9,7
Incompetência dos governantes	3,9	4,9	7,4	4,9	8,5	6,2
Clientelismo		9,9	3,2	1,2	11,7	5,7
Falta de organização pol. do povo	7,8	4,9	5,3	4,9	3,2	5
Egoísmo das elites	3,9	3,7	3,2	8,6	3,2	4,5
Concentração de poder no executivo	3,9	1,2	4,3	3,7	3,2	3,2
Empobrecimento classe média		2,5	1,1	1,2	3,2	1,7
Altas taxas de inflação	2		3,2			1
Continuada recessão			1,1	1,2	1,1	0,7
Total	100	100	100	100	100	100
N	51	81	94	81	94	401

Fonte: os dados sobre outros setores da elite usados aqui, nas questões 12 a 18 bem como na 20, foram extraídos da pesquisa “Elites Estratégicas, Cultura Política e Dilemas do Desenvolvimento”, coordenada por Zairo B. Cheibub e Maria Regina Soares de Lima e realizada em 1992 no IUPERJ.

2º Obstáculo	Congressista	Burocratas	Empresários	Líder sindical	Militares	Total
Baixo nível educação população	18	22,2	25,8	14,8	15,1	19,3
Pobreza e desigualdade social	18	17,3	15,1	18,5	23,7	18,6
Corporativismo	14	11,1	16,1	9,9	12,9	12,8
Falta de organização pol. do povo	14	16	5,4	19,8	4,3	11,3
Incompetência dos governantes	12	3,7	8,6	3,7	14	8,3
Egoísmo das elites	6	11,1	7,5	4,9	4,3	6,8
Falta tradição partidária	4	9,9	6,5	8,6	3,2	6,5
Clientelismo	4	1,2	6,5	2,5	15,1	6,3
Continuada recessão	2	2	1	7	2,2	3
Altas taxas de inflação	8	1,2	3,2	3,7	1,1	3
Empobrecimento classe média		2,5	3,2	1,2	2,2	2
Concentração de poder no executivo		1,2	1,1	2,5	2,2	1,5
Possibilidade de intervenção militar				2,5		0,5
Total	100	100	100	100	100	100
N	50	81	93	81	93	398

A pergunta a seguir remete ao dilema das políticas públicas sociais quando atender ao interesse da maioria pode significar o sacrifício dos interesses de certos grupos. Esse tem sido certamente um dos temas mais delicados no Brasil, e é sintomático que apenas 23,4% do grupo tenham discordado da primazia do interesse da maioria.

11- É justificável ferir direitos legítimos de alguns indivíduos ou grupos para poder implementar políticas que atendam ao interesse geral: (em %)

Concordo totalmente	16,0
Concordo em parte	44,6
Discordo em parte	16,0
Discordo totalmente	23,4
Total	100
N	94

A pergunta da questão 12 tem fundamentalmente uma natureza valorativa e mostra que os militares não diferem muito dos outros setores de elite na consideração da importância da hierarquia para a manutenção da ordem. Exceto

pelo fato de que não há um único militar que discorda muito dessa visão, o setor apresenta um padrão surpreendentemente semelhante aos das elites civis. De certa forma, pode-se especular que a hierarquia é um valor tão disseminado na sociedade brasileira que a crença na sua imprescindibilidade para a manutenção da ordem não é um traço distintivo dos militares, como seria de esperar ao levarmos em conta essa característica da formação profissional militar.

12-Sem estruturas hierárquicas bem definidas nenhuma ordem social se sustenta:

(em %)

	Congressista	Burocratas	Empresários	Líder sindical	Militares	Total
Concordo muito	66,7	54,3	65,6	58,0	67,0	62,3
Concordo pouco	17,6	29,6	17,2	24,7	24,5	23,0
Discordo pouco	3,9	11,1	10,8	9,9	8,5	9,3
Discordo muito	11,8	4,9	6,5	7,4		5,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	51	81	93	81	94	400

As duas questões que se seguem referem-se a temas sobre os quais muito se debate no cenário político brasileiro: a qualificação do eleitorado brasileiro e a inviolabilidade das leis. A tabela abaixo mostra que todos os setores de elite rejeitam fortemente a idéia de que um bom político nem sempre pode cumprir a lei. Mas é curioso notar que os mais flexíveis nessa rejeição sejam os líderes sindicais e os militares. De toda forma, não se pode dizer que haja aqui uma opinião declaradamente destoante.

13-Um bom governante nem sempre pode cumprir a lei: (em%)

	Congressista	Burocratas	Empresários	Líder sindical	Militares	Total
Concordo muito	6,0	5,0	10,8	13,8	4,3	8,1
Concordo pouco	12,0	12,5	10,8	21,3	21,3	15,9
Discordo pouco	12,0	12,5	15,1	5,0	9,6	10,8
Discordo muito	70,0	70,0	63,4	60,0	64,9	65,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	50	80	93	80	94	397

Por outro lado, militares, burocratas e empresários são os que mais concordam com a afirmação de que o povo brasileiro não sabe votar. Também nesse caso, os militares apresentam o menor percentual dos que discordam muito da afirmação, denotando que essa opinião tem mais força nesse setor que nos demais. É interessante notar a influência da posição funcional/profissional na formação das opiniões. Os setores que dependem de eleição para adquirir suas posições são os que mais discordam da asserção. Assim, os congressistas têm o menor percentual de pessoas que consideram que o povo não saber votar, seguidos pelos líderes sindicais.

14- De um modo geral, o eleitor brasileiro não sabe votar: (em %)

	Congressista	Burocratas	Empresários	Líder sindical	Militares	Total
Concordo muito	15,7	35,8	40,9	28,4	35,1	32,8
Concordo pouco	31,4	17,3	22,6	22,2	37,2	26,0
Discordo pouco	23,5	22,2	14,0	18,5	17,0	18,5
Discordo muito	29,4	24,7	22,6	30,9	10,6	22,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	51	81	93	81	94	400

A tabela seguinte apresenta a distribuição das opiniões dos setores de elite sobre um valor fundamental para a crença liberal, a saber, o de que o antagonismo entre grupos sociais não causa prejuízos sociais. Um elevado percentual (66%) dos militares discorda muito ou pouco dessa visão, em marcante contraste com os outros setores da elite, mas não tão longe do setor sindical. Esta pode ser uma evidência da pequena penetração dos valores liberais entre os oficiais da Marinha (e entre os sindicalistas).

15-O conflito entre grupos sociais não é prejudicial ao interesse geral do país:

(em %)

	Congressista	Burocratas	Empresários	Líder sindical	Militares	Total
Concordo muito	27,5	42,0	45,2	28,4	13,8	31,5
Concordo pouco	33,3	22,2	14,0	18,5	20,2	20,5
Discordo pouco	17,6	13,6	11,8	13,6	24,5	16,3
Discordo muito	21,6	22,2	29,0	39,5	41,5	31,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	51	81	93	81	94	400

As próximas perguntas procuram captar a opinião dos setores da elite sobre questões relacionadas ao combate à criminalidade. A primeira delas, a questão 16, também pode ser tomada como um indicador da crença na inviolabilidade das normas legais. Assim como na pergunta 13, ali se reforça a conclusão de que o respeito à lei é um valor amplamente disseminado nas elites brasileiras. De outro lado, a tolerância ao desrespeito à lei, embora não seja a perspectiva predominante, apresenta patamares elevados e semelhantes em todos os setores da elite, com destaque para os empresários.

16-A criminalidade chegou a tal ponto que seria absurdo a polícia cumprir à risca as normas legais:

	Congressista	Burocratas	Empresários	Líder sindical	Militares	Total
Concordo muito	11,8	17,5	23,7	17,1	7,4	15,8
Concordo pouco	21,6	15,0	18,3	20,7	25,5	20,3
Discordo pouco	9,8	6,3	4,3	13,4	8,5	8,3
Discordo muito	56,9	61,3	53,8	48,8	58,5	55,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	51	80	93	82	94	400

A pergunta 17, além da questão relativa ao combate à criminalidade, pode servir de indicador da adesão aos valores liberais, já que a defesa dos direitos humanos é central nessa ideologia. Assim como na pergunta sobre as conseqüências dos antagonismos entre os grupos sociais, os militares apresentam um padrão de resposta que denota menor adesão aos valores liberais. Curiosamente, no entanto, os empresários apresentam um padrão muito semelhante, sendo mesmo o setor que mais concorda com a afirmação de que a defesa dos direitos humanos serve de pretexto à impunidade.

17- O respeito aos direitos humanos pode facilitar a impunidade: (em %)

	Congressista	Burocratas	Empresários	Líder sindical	Militares	Total
Concordo muito	23,5	12,7	36,6	18,3	16,0	21,6
Concordo pouco	19,6	20,3	28,0	13,4	35,1	24,1
Discordo pouco	9,8	7,6	9,7	13,4	12,8	10,8
Discordo muito	47,1	59,5	25,8	54,9	36,2	43,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	51	79	93	82	94	399

É no caso do apoio ao estabelecimento da pena de morte que a opinião dos militares sobre políticas de combate à criminalidade mais diverge dos outros setores de elite, evidenciando o lado “duro” da formação militar: mais de 55% concordam com a implantação da pena de morte no país.

18- Em vista dos altos níveis de criminalidade, a pena de morte deveria ser implantada no Brasil: (em %)

	Congressista	Burocratas	Empresários	Líder sindical	Militares	Total
Concordo muito	9,8	17,3	23,4	11,0	31,9	19,9
Concordo pouco	11,8	9,9	25,5	6,1	24,5	16,4
Discordo pouco	15,7	12,3	9,6	2,4	10,6	9,7
Discordo muito	62,7	60,5	41,5	80,5	33,0	54,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	51	81	94	82	94	402

Ao lado da globalização, a formação de blocos econômicos regionais foi um assunto prioritário na agenda nacional e internacional dos anos 1990. Quando perguntados sobre o tema, os militares entrevistados denotam uma clara preferência pelo Mercosul. Do lado oposto, há praticamente unanimidade na opinião de que a ALCA não deve ser a prioridade do Brasil.

19- Qual das alternativas abaixo melhor expressa seu ponto de vista: (em %)

O Brasil não deveria se integrar a nenhum bloco econômico	1,1
Tanto ALCA como Mercosul são igualmente importantes	34,0
O Brasil deveria dar prioridade à ALCA	3,2
O Brasil deveria dar prioridade ao Mercosul	61,7
Total	100
N	94

A tabela a seguir apresenta a última pergunta, que permite alguma comparação entre os militares ouvidos e os outros setores da elite: trata-se da autodefinição política. A maior parte dos militares se considera politicamente de centro e de centro-direita. Há uma expressiva porcentagem de oficiais da Marinha que se considera de direita (12%), mais que o dobro dos empresários que se classificam da mesma forma. Mas há uma congruência entre militares e empresários no que toca às posições de centro e centro-direita. A diferença em relação aos outros grupos é expressiva.

20- Tendo em vista algumas das posições ideológicas mais comuns que as pessoas utilizam para se descrever politicamente, o senhor se considera de: (em %)

	Congressistas	Burocratas	Empresários	Líder sindical	Militares	Total
Esquerda	25,5	17,6	1,1	58,5	1,1	19,6
Centro-esquerda	38,3	43,2	23,0	31,7	12,0	28,0
Centro	31,9	27,0	36,8	7,3	40,2	28,8
Centro-direita	4,3	10,8	33,3	1,2	34,8	18,8
Direita		1,4	5,7	1,2	12,0	4,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	47	74	87	82	92	382

SEGUNDA PARTE
PERCEPÇÕES SOBRE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

Esta parte do relatório aborda questões voltadas para temas tipicamente militares. A comparação com outros segmentos sociais, e até mesmo com oficiais de outras Forças, não foi possível. Não é prática no Brasil perguntar ou aferir o que as elites civis pensam sobre defesa e Forças Armadas, nem tem sido possível investigar o que os militares pensam sobre a corporação ou sobre a defesa do país. Estes têm sido historicamente assuntos discutidos dentro da corporação e nem mesmo com o processo de democratização inerente à Nova República esse hábito se alterou substancialmente. Com a redemocratização, o diálogo entre sociedade, academia e Forças Armadas começou a ser praticado de forma mais

sistemática em meio a um cenário que aponta, no plano nacional e internacional, que as questões de defesa e segurança precisam ser partilhadas por todos. Mas alguns militares ainda se ressentem do interesse civil sobre assuntos de defesa.

Ainda que, pelas razões já expostas, não tenhamos podido recorrer a outros referenciais para avaliar a originalidade, a coerência ou as discrepâncias possíveis do que foi respondido, o balanço do material obtido permite um exercício intelectual que pode ajudar a entender um pouco mais o universo de valores da elite da Marinha. Observa-se, assim, que o pessimismo predominou quando se procurou saber qual era a avaliação dos oficiais pesquisados sobre as condições das Forças Armadas: 54% acham que está pior ou muito pior em comparação com o período do governo militar, e apenas cerca de 30% acham que melhorou.

Perguntados sobre o porquê dessa piora, a maioria apontou o revanchismo e a degeneração da imagem das Forças Armadas (45,7%). Em seguida, com menor peso, aspectos como restrições orçamentárias e salários baixos (37,1%). Na série de entrevistas orais que fizemos, os chefes militares da Nova República também destacavam esses fatores.¹¹

21- Em comparação com o período de 1964-1984 qual é, na sua opinião, a situação geral das Forças Armadas na Nova República- desde 1985? (em %)

Muito melhor	3,2
Melhor	26,6
Nem melhor nem pior	16,0
Pior	35,0
Muito pior	18,1
NS/NR	1,1
Total	100
N	94

¹¹ Ver nota 4.

Esse tom não muda quando se pergunta sobre as perspectivas de curto prazo: 50% acham que a situação vai piorar um pouco ou muito, enquanto 27,2% acham que vai melhorar um pouco.

22- Nos próximos anos, o senhor acredita que a situação das Forças Armadas: (em %)

Vai melhorar um pouco	27,7
Vai ficar igual	22,3
Vai piorar um pouco	37,2
Vai piorar muito	12,8
Total	100
N	94

O debate em torno da criação do Ministério da Defesa estava no auge no momento em que aplicamos o questionário. A solução apontada pelos militares da Marinha como a mais adequada foi de fato a aplicada, o que demonstra que a decisão de criar esse ministério foi acompanhada de uma discussão interna que levou em conta os anseios do corpo de oficiais no que toca às formalidades institucionais.¹²

23- O governo Fernando Henrique Cardoso decidiu criar o Ministério da Defesa. O senhor acha que com a criação do Ministério da Defesa: (em %)

Deveriam ser mantidos os atuais ministérios militares e o Ministério da Defesa deveria ser um quarto ministério.	22,3
Os atuais ministérios deveriam ser extintos e transformados em secretarias e/ou comandos do Ministério da Defesa	71,3
Não deveria ser criado	2,1
NS/NR	4,3
Total	100
N	94

¹² O Ministério da Defesa foi criado por medida provisória em dezembro de 1998 e aprovado pelo Congresso em junho de 1999. Os três ministérios militares foram transformados em comandos.

Sobre o tipo de titular que deveria ocupar o Ministério da Defesa, chama atenção o fato de a maioria concordar que deveria ser um civil ou que não fazia diferença ser civil ou militar. Como contrapartida, é descartada a possibilidade de ser sempre um militar.

24- Ainda com relação ao Ministério da Defesa gostaria que o senhor indicasse qual das alternativas abaixo melhor expressa sua opinião: (em %)

O titular do Ministério da Defesa deveria ser sempre um civil	58,5
O titular do Ministério da Defesa deveria ser sempre um militar com rodízio entre as três Forças	4,3
Em princípio, não faz diferença se o titular do Ministério da Defesa for um civil ou um militar	35,1
NS/NR	2,1
Total	100
N	94

O serviço militar obrigatório tem sido objeto de debate em vários dos países que passaram de governos militares para governos civis. Argentina e Uruguai são dois países do Cone Sul que o aboliram. No Brasil essa tem sido uma questão polêmica, que em geral divide o conjunto das Forças Armadas. De nossas conversas e entrevistas com militares de todas as Forças o que observamos é que a mais reticente ao fim dessa obrigatoriedade é o Exército e a mais permeável é a Marinha. Essa percepção parece se confirmar nos resultados da pergunta a seguir.

Através de uma pergunta aberta, pedimos para os oficiais justificarem suas opções. A maioria dos que afirmaram que a obrigatoriedade deveria acabar alegou que isso facilitaria elevar o nível profissional das Forças Armadas (38,9%), que havia excesso de demanda e que não faltariam voluntários para as Forças Armadas (14,8%). Entre os que preferem a continuidade do serviço militar obrigatório, a maioria (44,1%) alegou que ele auxilia na formação do caráter e do civismo entre os jovens. Em segundo lugar (29,4%), vem a justificativa de que seria uma forma de criar uma reserva facilmente mobilizável.

25- Na sua opinião o serviço militar obrigatório: (em %)

Deve acabar	52,1
Deve continuar	46,8
NS/NR	1,1
Total	100
N	94

Os salários dos funcionários públicos, civis e militares, tem sido um dos temas mais recorrentes nos debates econômicos e nas demandas sociais desde os últimos anos dos governos militares. Pelas respostas abaixo, os militares consultados julgam-se mais prejudicados que os funcionários civis: 57,5% acham que seus salários são piores ou muito piores que os dos civis, e 36,2% julgam que a situação é a mesma. Apenas 4,3% acham que houve melhora nesse aspecto.

26- Em consideração com a média dos demais servidores públicos federais o senhor considera que os salários dos militares são, em geral: (em %)

Muito melhores	1,1
Melhores	3,2
Nem melhores nem piores	36,2
Piores	46,8
Muito piores	11,7
NS/NR	1,1
Total	100
N	94

Perguntamos quais os três problemas mais importantes para as Forças Armadas no momento em que os oficiais respondiam ao questionário. Orçamento, salários e a incompreensão da sociedade acerca do seu papel aparecem como os principais destaques. Igualmente importante foi a ênfase dada ao pouco interesse do Congresso Nacional pelas questões militares.

Ao contrário dos resultados da pergunta 21, aqui não se evoca o revanchismo, que naquela pergunta foi considerado um problema para a imagem

das Forças Armadas. No entanto, se somarmos à opção “Incompreensão acerca do papel das Forças Armadas” as opções “Desprestígio social” e “Revanchismo político”, veremos que em primeiro lugar ficaria uma visão externa negativa acerca da imagem da instituição.

27- Quais são hoje os maiores problemas das Forças Armadas? Por favor, indique no quadro abaixo, por ordem de importância, o número da opção correspondente à sua opinião. (em %)

	1º Problema	2º Problema	3º Problema
Orçamento	27,7	14,9	12,8
Incompreensão acerca do papel das Forças Armadas	26,6	18,1	13,8
Salários	20,2	18,1	27,7
Pouco interesse do Congresso pelos problemas militares	13,8	17,0	12,8
Equipamentos	4,3	7,4	6,4
Revanchismo político	4,3	12,8	14,9
Desprestígio social	2,1	10,6	7,4
Proletarização do oficialato	1,1	1,1	4,3
N	94	94	94

Ainda sobre imagem e a percepção da sociedade sobre as Forças Armadas, perguntou-se a partir de que grupos ou setores se sentiriam mais criticados e pediu-se para que fossem apontados os três mais significativos, por ordem de importância. As escolhas recaíram sobre intelectuais, artistas e universitários, seguidos pela imprensa escrita e pela televisão. Sintomaticamente, esses três segmentos têm sido lembrados pela maior parte dos militares que entrevistamos como os que mais contribuem para a construção de uma imagem negativa “de tudo que é militar”.

28- Na sua opinião, em quais dos setores abaixo tem havido posições mais críticas em relação às Forças Armadas? Por favor, indique no quadro abaixo, por ordem decrescente, o número da opção correspondente à sua opinião. (em %)

	1º setor	2º setor	3º setor
1-Empresas nacionais		1,1	1,1
2-Técnicos do governo	10,6	11,7	13,8
3-Empresas multinacionais		1,1	
4-Intelectuais, artísticos e universitários	24,5	18,1	14,9
5-Organizações de direitos humanos	6,4	13,8	14,9
6- Políticos	17,0	9,6	16,0
7- Imprensa escrita	19,1	24,5	23,4
8- Televisão	22,3	18,1	4,3
9-Igreja Católica			
10-Sindicatos de trabalhadores		2,1	4,3
11-O povo em geral			4,3
NS/NR	0		3,2
N	94	94	94

Pediu-se também que explicitassem, por ordem de importância, os três principais grupos ou setores que seriam mais favoráveis às Forças Armadas. O “povo em geral” recebeu 67,0% das preferências na primeira indicação, somando 80,8% quando se considera as três ordens de prioridade. Em segundo lugar temos as empresas nacionais, e em terceiro os políticos, o que não deixa de ser surpreendente quando se leva em conta as falhas registradas na pergunta 27, ou seja, o pouco interesse dos políticos pelas questões militares. Em quarto lugar, vêm os técnicos do governo, uma verificação empírica de uma certa tendência no Brasil de associar os militares às agências técnicas estatais, particularmente as de desenvolvimento, o que foi feito com particular sucesso desde os anos 1930.

29- Inversamente, na sua opinião em quais desses mesmos setores tem havido posições mais favoráveis às Forças Armadas? Por favor, indique no quadro abaixo, por ordem decrescente, o número da opção correspondente à sua opinião. (em %)

	1º setor	2º setor	3º setor
1-Empresas nacionais	13,8	35,1	20,2
2-Técnicos do governo	1,1	18,1	9,6
3-Empresas multinacionais	1,1	5,3	8,5
4-Intelectuais, artísticos e universitários		4,3	5,3
5-Organizações de direitos humanos		1,1	5,3
6- Políticos	8,5	8,5	13,8
7- Imprensa escrita		3,2	1,1
8- Televisão	1,1	2,1	2,1
9-Igreja Católica	1,1	4,3	11,7
10-Sindicatos de trabalhadores	1,1	3,2	1,1
11-O povo em geral	67,0	6,4	7,4
NS/NR	4,3	8,5	13,8
Total	100	100	100
N	94	94	94

Como as relações das Forças Armadas com o Congresso são um dos pontos críticos em uma agenda de modernização e de democratização nas relações civis-militares, voltamos ao tema para saber como definiriam suas relações com aquela Casa. Aqui o resultado é mais uma vez preocupante, corroborando a tese do pouco interesse da comunidade política pelas questões de defesa. “Nem boas nem ruins” foi o item mais assinalado (52,1%), e apenas 2,1% as definiu como muito boas.¹³ Este é certamente um dos temas mais cruciais a ser enfrentado pelo Congresso, especialmente depois da criação do Ministério da Defesa e de toda a pressão internacional em torno das definições sobre os problemas de defesa e segurança.

¹³ Sobre as relações do Congresso com as Forças Armadas ver, por exemplo, Eliézer Rizzo de Oliveira e Samuel Alves Soares “Forças Armadas, direção política e formato institucional” In Maria Celina D’Araujo e Celso Castro, *Forças Armadas e democracia no Cone Sul* (RJ, Ed. da FGV, 2000).

30- Como o senhor definiria as relações políticas do Congresso com as Forças Armadas? (em %)

Muito boas	2,1
Boas	27,7
Nem boas nem ruins	52,1
Ruins	12,8
Muito ruins	4,3
NS/NR	1,1
Total	100
n	94

Ainda sobre o Congresso, voltou-se a perguntar como avaliavam seu interesse nas questões militares. Apenas 3,2% acharam que esse interesse era grande, e 62,8% acharam que era pequeno ou muito pequeno. Vê-se que ao longo desta pesquisa vai se consolidando a noção já referida de que existe um *gap* entre Forças Armadas e a política, e que os militares aqui consultados se ressentem dessa ocorrência. Mais do que isso, visualizam esse *gap* como parte dos problemas da instituição e como uma deficiência para a definição de uma política de defesa nacional.

31- Como o senhor definiria o interesse do Congresso pelas Forças Armadas? (em %)

Grande	3,2
Nem grande nem pequeno	33,0
Pequeno	33,0
Muito pequeno	29,8
NS/NR	1,1
Total	100
N	94

Os blocos regionais, a exemplo da Comunidade Européia, são normalmente formados a partir de uma agenda econômica e política, mas também podem acabar constituindo uma novidade do ponto de vista militar. Podem implicar novas formas de cooperação, embora não se possa conceber

integração militar da mesma forma que se fala em integração econômica. No caso do Brasil, o Mercosul era, à época da aplicação do questionário, o esforço de integração mais importante para os brasileiros. A esse respeito, perguntou-se aos entrevistados que tipo de cooperação consideravam mais indicada. As respostas enfatizaram os aspectos de treinamento militar e de cooperação técnica e científica, corroborando uma tradição que o Brasil já tem nas relações militares com os países do Cone Sul.

32- Que tipo de cooperação militar deveria ser estabelecida com os países do Mercosul? Indique as duas opções mais importantes: (em %)

	1ª opção	2ª opção
Defesa externa	21,3	14,9
Combate ao narcotráfico	3,2	11,7
Nenhuma cooperação militar	1,1	4,3
Técnica e científica	40,4	35,1
Exercícios conjuntos	33,0	34,0
NS/NR	1,1	
Total	100	100
N	94	94

O papel das Forças Armadas em assuntos de ordem interna, especialmente os de caráter policial, tem sido objeto de um intenso debate, durante e depois da Constituinte de 1988. Há posições radicais contra ou a favor de qualquer tipo de intervenção, e há posições intermediárias. A Constituição de 1988, em seu artigo 142, define o papel das Forças Armadas e mantém a prerrogativa de intervenção interna, sempre a pedido de um dos poderes da República. Mesmo assim, o âmbito dessas ações continua sendo objeto de controvérsias. Os militares aqui ouvidos ressaltam a ajuda social, mas praticamente descartam um tipo de intervenção que tenha como alvo apreensão de armas em favelas (função que efetivamente já tiveram que cumprir na cidade do Rio de Janeiro) ou conflitos rurais. Ficam mais divididos quanto ao contrabando na fronteira, mas principalmente quanto ao combate ao narcotráfico. Se essa amostra fosse

estatisticamente relevante, poderíamos dizer, que os militares questionam seriamente o uso das Forças Armadas em funções policiais.

33- Na sua opinião os militares devem ser chamados a: (em %)

	Sim	Não	NS/NR	Total	n
1-Participar em campanhas sociais de emergência	79,8	19,1	1,1	100	94
2-Colaborar no combate ao contrabando das fronteiras	36,2	63,8		100	94
3- Fazer operações de apreensão de armas nas favelas	8,5	89,4	2,1	100	94
4-Colaborar no controle de conflitos no campo	19,1	79,8	1,1	100	94
5-Colaborar no combate ao narcotráfico	48,9	51,1		100	94

A entrada de mulheres nas Forças Armadas tem se ampliado em diversos países do mundo nas últimas décadas, mas a forma como devem atuar e participar de, e ainda dá, margem a controvérsias. No caso do Brasil, essa presença já é um fenômeno consolidado, mas ainda com regulações específicas e com limitações. Sobre isso procuramos ouvir nossos entrevistados nas questões 34 a 36. Cerca de metade, na questão 34, acha que as mulheres devem se restringir a atividades administrativas, embora na pergunta seguinte cerca de 70% aceitem totalmente ou em parte a participação das mulheres em atividades de combate. Apenas 3,2% acharam que as mulheres não devem ser aceitas nas Forças Armadas, enquanto 92,6% são favoráveis a essa participação. De toda forma, uma primeira olhada nos resultados da pergunta 34 sugere uma grande dispersão de opiniões quando se trata de uma divisão sexista de trabalho nas Forças Armadas. Ou seja, praticamente não se questiona mais a presença feminina na corporação militar, mas as funções que devem caber às mulheres na instituição ainda podem ser objeto de discussão.

34- É aceitável desde que restrita a funções administrativas (em %)

Concordo totalmente	28,7
Concordo em parte	22,3
Discordo em parte	19,1
Discordo totalmente	27,7
NS/NR	2,1
Total	100
N	94

35- É aceitável para todas as atividades, inclusive as de combate (em %)

Concordo totalmente	38,3
Concordo em parte	30,9
Discordo em parte	8,5
Discordo totalmente	22,3
Total	100
N	94

36- É preferível não ter mulheres nas Forças Armadas (em %)

Concordo totalmente	3,2
Concordo em parte	1,1
Discordo em parte	3,2
Discordo totalmente	92,6
Total	100
N	94

Um tema mais delicado é o da homossexualidade ou da orientação sexual.¹⁴ A maioria (70,2%, pergunta 37) discordou da política norte-americana de não abordar o assunto. Discordou também (68% na pergunta 38), da presença

¹⁴ Este assunto, além de ter merecido debate público em alguns países, tem sido objeto de análises na academia. A esse respeito ver, por exemplo, Charles C. Moskos, John Allen Williams, David R. Segal, *The postmodern military. Armed Forces after the Cold War* (Nova York, Oxford, Oxford University Press, 2000).

de homossexuais nas Forças Armadas, embora 24,5% dissessem não ter opinião formada. Mas apenas 6,4% admitiram essa possibilidade, argumentando com a irrelevância do comportamento sexual para o exercício de uma profissão. Os que dela discordaram elegeram basicamente duas explicações: a presença de homossexuais geraria um constrangimento no relacionamento da tropa (67,2%); 21%, por sua vez, argumentaram não poder haver qualquer diretriz informal ou procedimentos mentirosos na tropa. Ou seja, aqui o argumento não seria moral, mas disciplinar.

37- Nos Estados Unidos a aceitação ou não da presença de homossexuais nas FFAA foi objeto de recente discussão legislativa. Estabeleceu-se informalmente que as FFAA não devem perguntar qual a orientação sexual de seus membros e estes não devem responder, quando inquiridos sobre o assunto. O senhor julga essa política acertada? (em %)

Sim	29,8
Não	70,2
Total	100
N	94

38- Sobre a presença de homossexuais nas Forças Armadas, qual das alternativas abaixo reflete melhor a sua opinião? (em %)

Homossexuais devem ser aceitos	6,4
Homossexuais devem ser excluídos	68,0
Não tenho opinião formada sobre o assunto	24,5
NS/NR	1,1
Total	100
N	94

Qual o fórum adequado para debater questões militares como tamanho da corporação, promoções, orçamento, armamento etc.? Nas respostas à pergunta abaixo há algumas surpresas. A maioria julga que definir tamanho, orçamento e papel da Forças Armadas é prerrogativa de Legislativo. No entanto, quando se trata de educação militar, armamento e especialmente carreira, a maioria dos entrevistados julga serem essas questões internas a cada Força ou às três

conjuntamente. Há uma dispersão de preferência quando se trata de vencimentos, embora aqui se entenda que o Executivo deveria ter a maior influência (37%).

Chama a atenção aqui que educação militar seja considerado assunto reservado à corporação, embora se considere majoritariamente (63,8%) que o papel deveria ser definido pelo Executivo. Ou seja, parece haver aqui uma disjuntiva entre o que fazer e como fazer. Mais do que isso, se corrobora uma tradição militar brasileira de que a educação dos militares seja assunto no qual não cabe a participação de outros setores da academia e da sociedade.

39-Na sua opinião, quem, fundamentalmente, deveria decidir sobre as questões apresentadas no quadro abaixo. (em %)

	Executivo	Legislativo	Cada Força separadamente	As três Forças separadamente	NS/NR	Total	N
1-Tamanho das Forças Armadas	24,5	42,6	7,4	22,3	3,2	100	94
2-Orçamento das Forças Armadas	23,4	48,9	13,8	10,6	3,2	100	94
3- Critérios de promoção da carreira militar	1,1	4,3	66,0	27,7	1,1	100	94
4- Educação nas escolas militares		6,5	45,7	45,7	2,1	100	94
5-Papel das Forças Armadas	12,8	63,8	2,1	19,1	3,2	100	94
6-Produção, compra e venda de armamentos	18,1	21,3	23,4	35,1	2,1	100	94
7- Salário dos Militares	37	33,0	2,1	25,5	2,1	100	94

A reforma da Previdência ocorrida durante o governo Fernando Henrique Cardoso foi, junto com as privatizações, a mais debatida dentro da agenda de reforma do Estado. Os militares ficaram fora dessa reforma e mantiveram um sistema particular de seguro e assistência social. Para alguns analistas políticos,

essa seria uma evidência de preservação de prerrogativas militares que caracterizaria uma situação de privilégio e de preeminência da corporação em relação aos demais servidores federais. Perguntamos a nossos entrevistados o que achavam dessa situação, e apenas 3,2% dela discordaram. Os outros 96,8% consideraram que os militares devem ter tratamento diferenciado em relação aos demais funcionários públicos federais.

40- O senhor acha que os militares devem ter uma política salarial e previdenciária diferente da dos demais servidores federais? (em %)

Sim	96,8
Não	3,2
Total	100
N	94

Nas questões seguintes (41 a 48) abordamos temas que dizem respeito ou tangenciam o contexto internacional. Vemos que novamente há uma demonstração de simpatia em relação a uma cooperação no âmbito do Mercosul, agora em forma de um possível pacto militar, embora a viabilidade desse pacto não pareça ainda muito alta (pergunta 42).

41- Um pacto militar com o Mercosul seria, seguindo seu ponto de vista: (em %)

Muito desejável	20,2
Desejável	54,3
Pouco desejável	17,0
Não desejável	8,5
Total	100
N	94

42- Qual a probabilidade se formar na próxima década um pacto militar do Mercosul? (em %)

Muito alta	4,3
Alta	23,4
Média	38,3
Baixa	31,9
Nenhuma	1,1

NS/NR	1,1
Total	100
N	94

Com o fim da Guerra Fria, as missões de paz da ONU se expandiram, envolvendo a colaboração de diversos países. O Brasil tem também larga tradição nesse campo, atividade que é vista, quase unanimemente, de maneira positiva para as Forças Armadas. As razões alegadas foram basicamente duas: projeção internacional do Brasil e ganhos em experiência e profissionalismo.

43- Sobre a participação do Brasil em missões de paz da ONU, quais são, na sua opinião, as repercussões sobre as Forças Armadas brasileiras? (em %)

Muito positivas	41,5
Positivas	54,2
Negativas	1,1
NS/NR	3,2
Total	100
N	94

A pergunta a seguir é expressiva do pensamento não só deste grupo de militares, mas também de outros com os quais temos conversado. Com o fim do combate ao “inimigo interno”, consubstanciado no comunismo e na subversão, com o crescente processo de globalização e ainda em função da maior cooperação regional em decorrência do Mercosul, a região amazônica volta ao centro das atenções militares, embora tenha sido tradicionalmente parte delas: 92,5 % de nossos entrevistados julgam que a região é estrategicamente mais vulnerável se comparada ao Atlântico Sul e à Bacia do Prata.

44- Na sua opinião, qual das regiões abaixo é, em termos militares, estrategicamente mais vulnerável? (em %)

Atlântico Sul	4,3
Bacia do Prata	1,1
Amazônia	92,5
NS/NR	2,1

Total	100
N	94

Temos observado neste relatório uma tendência crítica de nossos entrevistados em relação à globalização e a seus efeitos. Indagados sobre os reflexos desse processo sobre os Estados nacionais, a maioria julgou que ele leva a um enfraquecimento da soberania nacional. Do ponto de vista militar (questão 46), ao mesmo tempo que 46,8% referem-se a um enfraquecimento militar de alguns países, 21,2% julgam que a globalização favorece militarmente a outros. Assim mesmo, uma parcela significativa, 30,9%, entende que a globalização não provoca alterações na soberania militar das nações. Ou seja, se afeta os Estados, não afeta tanto sua capacidade militar. O que não deixa de ser intrigante e de merecer uma análise mais detalhada em investigações posteriores.

45- No que toca à soberania dos estados nacionais, o processo de globalização, na sua opinião: (em %)

Enfraquece a soberania dos estados nacionais	73,4
Fortalece a soberania dos estados nacionais	5,3
Não provoca alterações	20,2
NS/NR	1,1
Total	100
N	94

46- Do ponto de vista militar, a globalização: (em %)

Enfraquece a soberania militar de alguns países	46,8
Favorece a soberania militar de alguns países	21,2
Não provoca alterações	30,9
NS/NR	1,1
Total	100
N	94

Do ponto de vista das relações civis-militares, a questão abaixo é muito importante. Pedimos a nossos entrevistados que indicassem como vêem essa relação nos países do Mercosul, incluindo o Brasil. Os traços mais fortes de autonomia militar e de tutela militar sobre o poder civil são indicados para o caso

do Chile e do Paraguai. Argentina, Brasil e Uruguai aparecem como os países com maior subordinação ao poder civil. Chama a atenção o caso da Bolívia. É o país sobre o qual demonstram maior desconhecimento, embora entendam que ali predomina a subordinação (38,2%).

47- Os analistas costumam definir as relações civis-militares de três maneiras: autonomia militar frente ao poder civil; subordinação ao poder civil; e, tutela militar sobre o poder civil. Seguindo essa classificação, qual seria, na sua opinião, hoje a situação das Forças Armadas em relação ao poder civil nas novas democracias dos países arrolados no quadro abaixo: (em %)

Países	Autonomia frente ao poder civil	Subordinação ao poder civil	Tutela militar sobre o poder civil	Não sei	Total	n
Argentina	5,3	87,2	1,1	6,4	100	94
Bolívia	16,0	38,3	19,1	26,6	100	94
Brasil	9,5	84,0	2,1	4,3	100	94
Chile	31,9	31,9	24,5	11,7	100	94
Paraguai	26,6	23,4	23,4	18,1	100	94
Uruguai	5,3	75,5	1,1	18,1	100	94

As relações civis-militares estão intimamente ligadas ao nível de prestígio social dos militares. Sendo assim, perguntamos como avaliam esse prestígio nesse mesmo conjunto de países. Não coincidentemente, o prestígio social seria maior exatamente nos países em que a autonomia ou tutela militares também são maiores: Chile e Paraguai. A Argentina seria um caso limite de desprestígio, enquanto nos demais países predominaria um prestígio médio

48- Com relação ao prestígio social dos militares nos países abaixo, o senhor julga que é:

Países	Muito Alto	Alto	Médio	Baixo	Muito Baixo	Não sei	Total	n
Argentina	1,1	3,2	22,3	42,6	23,4	7	100	94
Bolívia	2,1	16,0	30,9	25,5	3,2	22	100	94
Brasil		10,6	42,6	39,4	5,3	2	100	94
Chile	7,4	40,4	27,7	9,6	3,2	12	100	94
Paraguai	4,3	21,3	31,9	23,4	2,1	17	100	94
Uruguai		13,8	52,1	14,9	1,1	18	100	94

As questões 49 a 54 abordam os temas da anistia política a civis e a militares, e o dos desaparecidos, este último um assunto polêmico entre os militares, particularmente depois que a Comissão dos Desaparecidos do Ministério da Justiça, no decorrer de 1997, acabou decidindo pela indenização à família de Carlos Lamarca, o que gerou protestos entre militares da reserva.

Começamos indagando sobre o papel da anistia de 1979 como medida capaz de produzir a reconciliação nacional. A maioria dos entrevistados ficou em uma posição intermediária – entre concordar ou discordar em parte -, e apenas 23,4% concordaram totalmente que foi um ato importante no sentido de conciliar politicamente o país. Do lado oposto, 13,8% discordam totalmente da idéia de que a anistia tivesse servido a essa conciliação.

49- A anistia serviu para a reconciliação nacional (em %)

Concordo totalmente	23,4
Concordo em parte	44,7
Discordo em parte	18,1
Discordo totalmente	13,8
Total	100
N	94

É recorrente ouvir opiniões no noticiário político, especialmente durante os anos imediatamente posteriores à anistia de 1979, acerca de um certo

descontentamento que a anistia política teria causado entre setores militares, pois teria afetado negativamente a imagem das Forças Armadas – que haviam combatido a subversão. Entre nossos entrevistados, apenas 7,4% concordam completamente com essa percepção. No outro extremo, 41,5% discordam completamente da noção de que a anistia teria prejudicado a imagem das Forças Armadas. Cerca da metade fica em uma posição intermediária, concordando ou discordando em parte.

50- A anistia prejudicou a imagem das Forças Armadas (em %)

Concordo totalmente	7,4
Concordo em parte	20,2
Discordo em parte	30,9
Discordo totalmente	41,5
Total	100
N	94

A amplitude da anistia foi objeto, também, de vários debates. Os entrevistados têm opiniões distintas a respeito, mas verifica-se que quase a metade acaba concordando, completamente ou em parte, que ela foi ampla demais. Do lado oposto, 39,2% discordam completamente desse raciocínio. De toda forma, o que fica patente é que não se pode falar de uma visão unívoca dos militares acerca desse fato político.

51- A anistia foi demasiado ampla (em %)

Concordo totalmente	16,0
Concordo em parte	30,9
Discordo em parte	12,8
Discordo totalmente	39,2
NS/NR	1,1
Total	100
N	94

Quando se observa a questão seguinte, percebe-se uma consonância maior de pensamento entre os entrevistados: 85,1% julgaram que as indenizações dadas pelo Estado aos familiares de mortos e desaparecidos foram excessivas. A questão 53 reafirma em parte esse sentimento. Ali, cerca de 60% julgaram que essas indenizações acabaram por desprestigiar as Forças Armadas.

52- Na sua opinião, os critérios utilizados pelo Estado brasileiro para conceder indenizações aos familiares de mortos e desaparecidos durante os governos de 1964-1984, foram: (em %)

Por demais amplos	85,1
Por demais restritos	2,1
Acertados	11,7
NS/NR	1,1
Total	100
N	94

Ainda sobre indenizações, gostaríamos que o senhor expressasse a intensidade de sua discordância/concordância com as opiniões abaixo:

53- As indenizações dadas aos familiares dos desaparecidos acabaram desprestigiando as Forças Armadas

Concordo totalmente	26,6
Concordo em parte	34,0
Discordo em parte	18,1
Discordo totalmente	21,3
Total	100
N	94

Perguntou-se ainda se indenizações deveriam ser concedidas também aos familiares dos militares que morreram no combate à luta armada, embora esses familiares tenham sido amparados pela legislação previdenciária militar. O que se procurou saber foi se, além dessa assistência, os entrevistados julgavam que deveria haver uma indenização similar à que foi concedida aos familiares de civis desaparecidos. A quase totalidade concordou totalmente ou em parte que isso

deveria ser feito. Ou seja, embora os militares da ativa procurem minimizar o desgaste que esses fatos tiveram dentro da corporação, transparece ainda um sentimento de injustiça na forma como o governo e a sociedade lidaram com o tema do combate à subversão. Os militares foram os agentes frontais desse combate, e a anistia àqueles que combateram pode ser interpretada como uma forma de desautorizar, ou não reconhecer esse esforço, bem como o risco que correram.

Ao fim deste bloco sobre anistia política e indenizações a parentes de desaparecidos, parece claro que o tema ainda é delicado para os militares. Ambas teriam contribuído para minar o prestígio das Forças Armadas, encarregadas durante o governo militar de combater o “inimigo interno”, ou seja, os opositores do governo com idéias consideradas de esquerda ou que usassem métodos considerados ilegais ou “subversivos” de acordo com a legislação autoritária do período.

Mais uma vez se constata algo que vimos verificando no decorrer de nossas pesquisas: os militares têm a percepção de que ganharam a luta contra a “subversão”, em particular a luta armada, mas perderam o embate pela memória do período - os que foram combatidos acabaram sendo socialmente considerados vítimas, e as Forças Armadas foram vistas como algozes. Certamente esse é ainda o trauma maior do legado da ditadura militar, que, ao que parece, só será interpretado de forma menos passional pelas próximas gerações de militares e de civis.

54- A legislação sobre indenizações deveria contemplar também as famílias dos militares que morreram no combate à guerrilha (em %)

Concordo totalmente	76,6
Concordo em parte	14,9
Discordo em parte	2,1
Discordo totalmente	5,3
NS/NR	1,1
Total	100
N	94

Na questão 44, conferimos a importância estratégica que os militares entrevistados dão à região amazônica. Quisemos saber que percentual desses militares já havia servido lá, e não deixa de ser surpreendente que, no caso da Marinha, cerca de ¼ dos oficiais entrevistados tenha servido na região. Até onde isso mostra uma “política militar” deve ser tema para outras pesquisas, que levem em conta também a transferência de unidades e equipamentos para a região, particularmente depois do acirramento dos conflitos na fronteira colombiana em função do narcotráfico e da guerrilha.

55-O senhor já serviu na Amazônia? (em %)

Sim	27,7
Não	72,3
Total	100
N	94

Finalmente, o tema da endogenia militar e do auto-recrutamento tem sido apontado em estudos como os de Celso Castro¹⁵ e tem despertado a atenção dos analistas. Basicamente, esses estudos mostram um grau de recrutamento endógeno muito maior no Exército do que na Marinha e na Aeronáutica. Confirmou-se que menos de 1/3 de nossa amostra tem ou teve parentes militares, a maior parte oficiais.

Na pergunta 58 observa-se que os pais desses oficiais, quando não militares, vêm de profissões e funções bem distintas, não sendo fácil configurar uma extração social predominante. Mas, para efeitos de classificação sociológica, parece que são oriundos de setores das chamadas “camadas médias”. Contudo, esta amostra não permite fazer tal tipo de generalização, que, desde os estudos

¹⁵ Ver Celso Castro, “A origem social dos militares: novos dados para uma antiga discussão”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 37, p.225-231, nov. 1993; e “A origem social dos militares”: In: *1964- 30 anos depois*, Coordenação Eduardo Raposo (RJ, Agir, 1994. p.199-203).

pioneiros de Virgílio Santa Rosa sobre o tenentismo,¹⁶ tem marcado grande parte das análises sobre os militares.

57- Caso o senhor tenha ou já tenha tido algum parente militar, favor indicar no quadro abaixo a/as opção/opções que refletem o seu caso (em %)

Parentescos	Oficial	Praça	Oficial e Praça	Não tem/teve	Total	n
Pai	22,3	7,4		70,2	100	94
Avô	8,5	3,2	1,1	87,2	100	94
Tio	25,5	4,3		70,2	100	94
Irmão	22,3	4,3	1,1	72,3	100	94
Primo	19,1	3,2	1,1	76,6	100	94

58- Qual a profissão de seu pai caso não seja/tenha sido militar? (em %)

Nenhuma das citadas abaixo	28,7
Profissional Liberal	16,0
Comerciante	12,8
Funcionário Público	8,5
Empregado	8,5
Autônomo	7,4
Bancário	4,3
Empregador	4,3
Profissional técnico	3,2
Não respondeu	3,2
Aposentado	1,1
Fazendeiro	1,1
Não sabe	1,1
Total	100
N	94

¹⁶ Virgílio Santa Rosa. *O sentido do tenentismo* (Rio de Janeiro, Schmidt, 1932).

ANEXO
PERFIL DOS ENTREVISTADOS

59- Qual é hoje a sua patente? (em %)

Capitão-tenente	1,1
Capitão-de-corveta	47,9
Capitão-de-fragata	35,1
Capitão-de-mar-e-guerra	10,6
Vice-almirante	1,1
Contra-almirante	2,1
NS/NR	2,1
Total	100
N	94

60- Qual a sua idade? (em %)

35 – 44	81,9
45 – 59	13,9
60 ou mais	2,1
NR	2,1
Total	100
N	94